

Cristina Gallo



Entre o diretor de Política Econômica do BC, Carlos Hamilton Vasconcelos de Araújo, e o presidente da CAE, Garibaldi Alves Filho, Henrique Meirelles disse aos senadores que todos os indicadores comprovam a recuperação da economia, depois da crise vivida durante o ano passado

Meirelles aponta sinais de fortalecimento da economia

Na CAE, presidente do Banco Central cita crescimento do PIB, da criação de empregos e dos investimentos externos

A decisão de manter a taxa básica de juros (Selic) em março foi isenta de influência política, segundo Henrique

Meirelles. Os senadores Arthur Virgílio e Antonio Carlos Júnior manifestaram temor de que o Copom seja obrigado, na próxima reunião, a aumentar forte-

mente os juros, por não haver modificado a Selic em março. Os senadores também disseram que os gastos crescentes do governo dificultam os esforços

para a redução dos juros. Já Eduardo Azeredo e José Agripino se disseram preocupados com a tendência de queda no superávit comercial. **5**

Comissão aprova indenização à UNE por prédio incendiado em 1964 **4**

Jonás Pereira



Roberto Gurgel (E), Ubiratan Aguiar, José Sarney e Gilmar Mendes, que preside o Supremo e o CNJ, na solenidade de assinatura de acordo de cooperação institucional

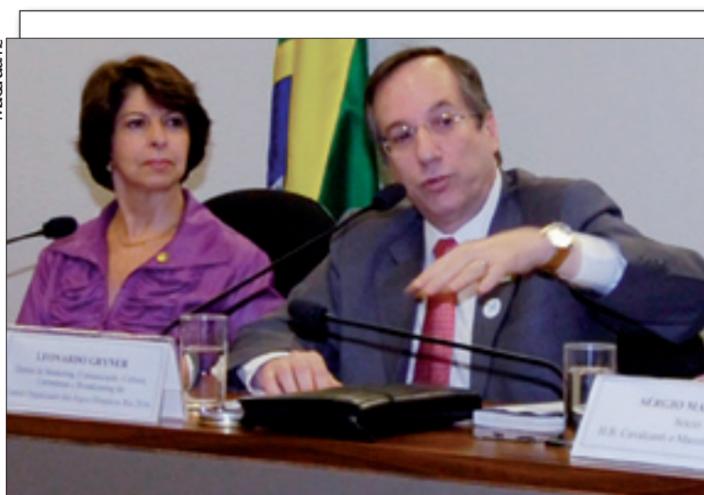
Senado firma convênio com o CNJ

Acordo de cooperação assinado terça-feira por José Sarney e Gilmar Mendes prevê apoio do Senado Federal, por meio do Programa Interlegis, em treinamento e capacitação de servidores do Conselho Nacional de Justiça. E também o intercâmbio de técnicas e conhecimentos entre as duas instituições. **3**

CCJ vai opinar sobre indicação polêmica

O presidente do Senado, José Sarney, pediu que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se manifeste sobre questão de ordem que contesta a votação do Plenário, no dia 14, que aprovou o nome de Paulo Rodrigues Vieira para diretor da Agência Nacional de Águas. **3**

Marc Kalume



Marisa Serrano e Leonardo Gryner, diretor de Marketing do Rio 2016

Proposta para Olimpíadas é criticada

Governo e oposição condenaram proposta do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 de, a título de proteger os símbolos olímpicos, dar exclusividade para uso comercial de inúmeras expressões. **8**

Malta: detenção em AL derruba império do medo

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta, relatou ao Plenário o trabalho realizado no final da semana passada em Arapiraca (AL), onde senadores ouviram depoimentos de ex-coroinhas que acusaram padres e dois monsenhores da Igreja Católica de prática de abuso sexual. **7**

**A EXPEDIÇÃO
CRULS
E OUTRAS EXPEDIÇÕES PARA A MUDANÇA DA CAPITAL**

SENADO FEDERAL: 50 ANOS DE BRASÍLIA

Lançamento do CD, "A Expedição Cruls e outras expedições para a mudança da Capital" e da edição histórica comemorativa aos 50 anos de Brasília, da Revista "Senatus".

4 de maio, terça-feira, às 18h30
na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

Maioria dos senadores tentará a reeleição

As 54 vagas do Senado em disputa nas eleições de outubro serão alvo de 36 dos atuais ocupantes. Sete devem se candidatar a outros cargos

A ELEIÇÃO DE 3 de outubro próximo vai renovar 54 cadeiras do Senado, enquanto 27 senadores eleitos em 2006 terão mais quatro anos de mandato. Dos 54 parlamentares que estão concluindo seu período na Casa, 36 devem concorrer à reeleição, sete devem disputar outros cargos, seis estão indefinidos e cinco não devem ser candidatos este ano.

Entre aqueles que estão terminando o mandato, devem concorrer a outros cargos os seguintes senadores: Aloizio Mercadante (PT-SP), candidato ao governo paulista; Eduardo Azeredo (PSDB-MG), candidato a deputado federal; Hélio Costa (PMDB-MG), candidato a governador de Minas Gerais; Ideli Salvatti (PT-SC), candidata ao governo de Santa Catarina; José Nery (PSOL-PA), candidato a deputado estadual no Pará; Marina Silva (PV-AC), candidata a presidente da República; e Osmar Dias (PDT-PR), candidato ao governo do Paraná.

Estão ainda indefinidos os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Cristovam Buarque (PDT-DF), Flávio Arns (PSDB-PR), Gilberto Goellner (DEM-MT), Mauro Fecury (PMDB-MA) e Neuto de Conto (PMDB-SC).

Não devem disputar qualquer cargo os senadores João Tenório (PSDB-AL), Gerson Camata (PMDB-ES), Paulo Duque (PMDB-RJ), Valter Pereira (PMDB-MS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

O Senado tem, atualmente, 14 partidos representados. São 17 senadores do PMDB, 14 do PSDB, 14 do DEM, 11 do PT, sete do PTB, seis do PDT, três do PR, dois do PSB e dois do PRB. PV, PP, PSC, PCdoB e PSOL têm um senador cada um.

DISPUTARÃO A REELEIÇÃO PARA O SENADO		TERÃO MAIS QUATRO ANOS DE MANDATO*	
Adelmir Santana (DEM-DF)	Edison Lobão (PMDB-MA)	Acir Gurgacz (PDT-RO)	João Vicente Claudino (PTB-PI)
Almeida Lima (PMDB-SE)	Lúcia Vânia (PSDB-GO)	Alfredo Nascimento (PR-AM)	José Sarney (PMDB-AP)
Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)	Magno Malta (PR-ES)	Alvaro Dias (PSDB-PR)	Kátia Abreu (DEM-TO)
Arthur Virgílio (PSDB-AM)	Mão Santa (PSC-PI)	Cícero Lucena (PSDB-PB)	Marconi Perillo (PSDB-GO)
Augusto Botelho (PT-RR)	Marcelo Crivella (PRB-RJ)	Eduardo Suplicy (PT-SP)	Maria do Carmo (DEM-SE)
César Borges (PR-BA)	Marco Maciel (DEM-PE)	Eliseu Resende (DEM-MG)	Mário Couto (PSDB-PA)
Delcídio Amaral (PT-MS)	Papaléo Paes (PSDB-AP)	Epitácio Cafeteira (PTB-MA)	Marisa Serrano (PSDB-MS)
Demostenes Torres (DEM-GO)	Paulo Paim (PT-RS)	Fernando Collor (PTB-AL)	Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Efraim Morais (DEM-PB)	Patrícia Saboya (PDT-CE)	Francisco Dornelles (PP-RJ)	Pedro Simon (PMDB-RS)
Fátima Cleide (PT-RO)	Renan Calheiros (PMDB-AL)	Gim Argello (PTB-DF)	Raimundo Colombo (DEM-SC)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	Roberto Cavalcanti (PRB-PB)	Inácio Arruda (PCdoB-CE)	Renato Casagrande (PSB-ES)
Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	Romero Jucá (PMDB-RR)	Jarbas Vasconcellos (PMDB-PE)	Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	Romeu Tuma (PTB-SP)	Jayme Campos (DEM-MT)	Tião Viana (PT-AC)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	João Durval (PDT-BA)	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	Sérgio Guerra (PSDB-PE)		
Jefferson Praia (PDT-AM)	Serys Slhessarenko (PT-MT)		
João Ribeiro (PR-TO)	Tasso Jereissati (PSDB-CE)		
José Agripino (DEM-RN)	Valdir Raupp (PMDB-RO)		

* Alguns destes senadores podem concorrer a outros cargos nas eleições de outubro.

Foto: Waldemir Barreto



Alunos do Colégio Militar de Brasília visitam a exposição fotográfica *Senado Federal: 50 anos de Brasília*, no Salão Negro

Últimos dias de exposições sobre Brasília no Senado

Termina amanhã a exposição *Retratos de Brasília, Janelas do Brasil, Arte em Festa*, que reúne obras de 36 artistas plásticos de vários estados brasileiros, que apresentam, em telas e esculturas, diferentes visões sobre Brasília. As obras podem ser vistas no Espaço Cultural Ivan-

dro Cunha Lima e na Senado Galeria

No Salão Negro, vai até o dia 29 a exposição *Senado Federal: 50 Anos de Brasília*. A mostra conta a história da construção da capital sob a ótica da edificação da sede do Congresso.

A partir de sábado, os visitan-

tes também poderão acompanhar dramatizações do grupo teatral Caixa Cênica. Ao longo do percurso da visita guiada ao Congresso, oito atores farão pequenas intervenções, interpretando textos que contam a história da capital e personificando seus grandes personagens.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão apenas para debates

14h A sessão plenária não tem pauta de votações e será destinada a discursos dos senadores e comunicados da Mesa.

Presidência Sarney recebe presidente do Líbano

13h O senador José Sarney participa de almoço oferecido pelo presidente Lula ao presidente do Líbano, general Michel Suleiman, no Palácio do Itamaraty. Às 16h, Sarney preside a ordem do dia do Plenário e, às 17h, recebe Michel Suleiman no Salão Nobre do Senado. Às 19h, participa da solenidade de posse do ministro Ricardo Lewandowski no cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral e da ministra Cármen Lúcia no de vice-presidente.

Exposições 50 anos de Brasília

9h Obras de 36 artistas plásticos de vários estados podem ser vistas na exposição *Retratos de Brasília, Janelas do Brasil, Arte em Festa*, em comemoração aos 50 anos de Brasília. A mostra pode ser visitada até amanhã no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima e na Senado Galeria.

9h30 A exposição fotográfica *Senado Federal: 50 anos de Brasília* estará aberta ao público até 29 de abril no Salão Negro do Congresso Nacional.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Atraso na decisão sobre compra de caças preocupa parlamentares

Parlamentares franceses e brasileiros demonstraram preocupação com o atraso na divulgação do resultado do processo de seleção dos caças que renovarão a frota da Força Aérea Brasileira. Durante o encontro, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senadores dos dois países discutiram, entre outros temas, a extensão do processo de transferência de tecnologia que acompanhará a venda dos novos jatos ao Brasil.

O presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), recordou que os dois países firmaram recentemente parcerias para a construção de submarinos nucleares e helicópteros no Brasil. O senador Roland Du Luart, presidente do Grupo de Amizade França-Brasil no Senado francês, ressaltou o bom momento das relações bilaterais e a "parceria excepcional" na área econômica.

O senador socialista francês Bernard Angels disse que existe nesse momento, em seu país, uma certa ansiedade em relação à divulgação da empresa vencedora do processo de seleção para a venda dos caças. Além da francesa Dassault, fabricante dos jatos Rafale, concorrem a norte-americana Boeing, com seus F-18 Super Hornet, e a sueca Saab, com os jatos Gripen.

Azeredo observou que representantes dos três países envolvidos já visitaram o Senado para apresentar suas propostas. Ele lembrou ainda que os franceses foram questionados quanto ao preço dos Rafale, que seria mais alto que o dos dois outros concorrentes.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) classificou como "hipocrisia" a proposta das três empresas de transferir tecnologia ao Brasil. Para ele, nenhuma delas promoveria a transferência total de tecnologia.



O senador francês Roland Du Luart e Eduardo Azeredo em reunião da CRE

Presidente diz que só acompanha compra de jatos "pela imprensa"

O presidente do Senado, José Sarney, disse que vai esperar pela decisão da comissão governamental que finaliza os estudos para escolher os caças que serão comprados para renovar a frota da Força Aérea Brasileira. Sarney afirmou que acompanha o processo pela imprensa, que tem dado certo favoritismo aos jatos Rafale, da francesa Dassault.

O comentário foi uma resposta de Sarney ao presidente do Grupo de Amizade França-Brasil, senador Roland du Luart, que visitou o Senado na terça-feira. Ele estava acompanhado dos senadores Bernard Angels, Ambroise Dupont, Jean-Pierre Chauveau, Odette Terrade e Françoise Laborde. O grupo já visitou o Rio de Janeiro e, de

Brasília, seguiu para o Tocantins. Lá, conhecerá plantações de soja e fazendas de criação de gado.

Sobre o momento político do país, outro tema tocado por Roland du Luart, Sarney avaliou como "excelente", por ter sido o Brasil um dos primeiros a superar a crise econômica mundial. O presidente do Senado estimou que o crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2010 ficará entre 5% e 6%.

Sarney lembrou que o Brasil tem gerado muitos empregos e distribuído renda. Ele comentou que o governo Lula vem mantendo uma política econômica pautada na austeridade e na cautela, ao mesmo tempo em que tem avançado na área social.

Em Plenário, Zambiasi e Virgílio saúdam os visitantes franceses

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou aos colegas, em Plenário, o grupo da Assembleia-Geral da França. Zambiasi citou os parlamentares franceses nominalmente, entre os quais o presidente do partido União por um Movimento Popular (UMP), Jean-Claude Lenoir.

— Quando olhamos para o Brasil em sua dimensão continental nem sempre nos damos conta de que faz fronteira com a Europa, via Guiana Francesa — disse Zambiasi, referindo-se

àquele território ultramarino da França.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, que já seguiu carreira diplomática, cumprimentou "de maneira efusiva" os parlamentares franceses desejando-lhes, em nome do seu partido, "a melhor estada" no país. O parlamentar elogiou a escolha da Amazônia e da capital do seu estado, Manaus, como parte do roteiro da visita, dizendo que "é bom para qualquer cidadão do mundo" conhecer a região.

Acordo prevê apoio do Programa Interlegis em práticas de treinamento de servidores do conselho e o intercâmbio de técnicas e conhecimentos entre as duas instituições



Observado por Ubiratan Aguiar e José Sarney, Gilmar Mendes fala durante a solenidade no Conselho Nacional de Justiça

Sarney e Gilmar celebram convênio entre Senado e CNJ

OS PRESIDENTES DO Senado, José Sarney, e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, assinaram na tarde de terça-feira um convênio de cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural entre a Casa do Legislativo e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Gilmar, que também preside o CNJ, agradeceu a Sarney e ao Congresso Nacional o apoio recebido durante sua gestão à frente do STF, que se encerra amanhã.

O convênio prevê apoio do Programa Interlegis em práticas de treinamento e capacitação de servidores do CNJ, e também intercâmbio de técnicas e conhecimentos entre ambas as instituições. A solenidade ocorreu no plenário do CNJ, situado no anexo 1 do STF.

Sarney elogiou as realizações de Gilmar na presidência do STF

e do CNJ, e também como "juiz exemplar".

— A passagem de Gilmar Mendes foi marcada por estilo próprio e convicção muito decisiva e será sempre lembrada como um momento de grande brilho dessas instituições — disse Sarney, acrescentando que o CNJ vem realizando um trabalho extraordinário.

O presidente do Senado também elogiou a criação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (Ceajud), coordenado pelo CNJ e que participará do convênio com o Interlegis.

O senador recordou que ele, Gilmar Mendes, e os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, assinaram em abril de 2009 o 2º Pacto Republicano. Na opinião

de Sarney, esse pacto ajudou a agilizar e democratizar as ações do Judiciário brasileiro.

Por sua vez, Gilmar Mendes afirmou que o Interlegis tem reputação e experiência reconhecidas e que o convênio vai possibilitar a melhoria das práticas desenvolvidas no CNJ e no aperfeiçoamento de seus servidores.

Participaram da cerimônia o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, o vice-presidente de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil (BB), Robson Rocha, e o procurador-geral da República, Roberto Gurgel. O TCU, a Advocacia-Geral da União e o BB também assinaram acordos de cooperação similares ao firmado entre CNJ e Senado/Interlegis.

Questão de ordem sobre diretor da ANA vai à CCJ

O presidente do Senado, José Sarney, encaminhou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a questão de ordem apresentada na semana passada pelo líder do DEM, José Agripino (RN), a respeito da aprovação do nome de Paulo Rodrigues Vieira para a diretoria da Agência Nacional de Águas (ANA). Agripino solicitou no documento o cancelamento da votação, já que a indicação já tinha sido rejeitada pelo Plenário da Casa.

Sarney informou que, após acordo com os líderes, decidiu submeter a questão à CCJ como recurso do Plenário. Geralmente, essa sistemática é adotada quando a maioria dos senadores discorda da decisão do presidente diante de uma questão de ordem.

No questionamento ora enviado à CCJ, os líderes disseram que não atentaram para a

votação, ocorrida no dia 14, e que consideraram o acontecido como uma possível deslealdade do presidente do Senado.

O colegiado tem, agora, prazo regimental de dois dias úteis para dar parecer sobre o recurso. De acordo com a assessoria da comissão, porém, isso não acontecerá antes da próxima reunião, na quarta-feira. Em seguida, o parecer, que poderá ser favorável ou contrário aos termos da questão de ordem, será submetido à apreciação do Plenário. Até lá, a votação que aprovou Vieira fica sobrestada.

A pedido

O senador Arthur Virgílio, que apoiou o recurso, informou que, ao consultar a tramitação da proposição, verificou que, no mesmo dia em que o projeto com a indicação de Vieira para a diretoria da



José Agripino, líder do DEM, apresentou a questão de ordem

ANA foi enviado ao arquivo, ele retornou à Secretaria de Coordenação Legislativa "a pedido".

— A pedido de quem? É preciso saber quem é essa pessoa, pois ela está sujeita a crime de responsabilidade — disse Virgílio.

Aprovado pela Câmara, projeto terá decisão final na Comissão de Constituição e Justiça. Valor da indenização é estimado em R\$ 20 milhões



Senadores consideram que iniciativa do Poder Executivo de assumir reparação pelo incêndio que destruiu a sede da entidade em 1964 tem valor histórico. Medida é avaliada como justa por todos os partidos

UNE pode ser indenizada por perda de sua sede

O PROJETO DO governo que reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição da antiga sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, foi aprovado na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Destacada pelos senadores como medida reparadora justa e indispensável, a proposta (PLC 19/10) também estabelece o pagamento de uma indenização pela perda do prédio após incêndio ocorrido em 1º de abril de 1964, tido como uma resposta à resistência da entidade ao golpe militar que destituiu o presidente João Goulart.

– É um ato que se reveste de

peso histórico muito forte. O incêndio foi um gesto violento da ditadura para calar a juventude – disse o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Do histórico prédio, estudantes brasileiros lideraram campanhas contra o Estado Novo, em defesa do petróleo e por uma escola pública de qualidade. Ali o presidente João Goulart foi, com todo o seu Ministério, agradecer a participação dos estudantes na campanha da legalidade que lhe garantiu o direito de assumir a Presidência da República depois da renúncia de Jânio Quadros.

Já aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto prevê a

instalação de uma comissão de representantes do governo encarregada de fixar o valor e a forma da indenização que será paga. Pelo texto, esse valor não poderá ultrapassar o limite de seis vezes o valor de mercado do terreno, localizado na praia do Flamengo.

A proposta seguirá agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, onde receberá decisão terminativa. Se aprovada, seguirá para a sanção presidencial.

Estimativa

De acordo com o relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), a indenização não deve passar de

R\$ 20 milhões. Ele tomou como referência o valor já aprovado pela Caixa Econômica Federal para financiar a construção da nova sede, de R\$ 15 milhões, que também teve como parâmetro o valor do terreno da antiga sede.

Na avaliação de Renato Casagrande (PSB-ES), a destruição do prédio da UNE correspondeu a um momento difícil para a democracia brasileira. “A responsabilização do Estado e a reparação representa um ajuste com a nossa história”, disse. Depois de lembrar sua militância no movimento estudantil dos anos 1960, no qual também atuavam Dilma Rousseff, hoje

no PT, e José Serra, no PSDB, os principais nomes da corrida presidencial de outubro, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que os dois certamente estão de acordo com o projeto de iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Gilberto Goellner (DEM-MT) também aplaudiu a proposta, destacando sua participação na luta estudantil, como presidente do diretório central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. José Agripino (DEM-RN) disse que desde o ano passado o DEM já havia definido seu apoio ao projeto, por permitir o resgate de um dos maiores símbolos da luta democrática no país.

Aprovado empréstimo de US\$ 1,3 bilhão para aplicação em projetos ambientais

A CAE aprovou na terça-feira autorização de empréstimo de até US\$ 1,3 bilhão do Banco Mundial (Bird) ao governo federal para financiar projetos de desenvolvimento com sustentabilidade ambiental. Outras duas operações de empréstimo autorizadas pelos senadores favorecem os estados do Rio de Janeiro (US\$ 19,7 milhões) e Pernambuco (R\$ 15 milhões), ambas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Segundo a mensagem (MSF 95/10), relatada pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), caberá ao Ministério do Meio Ambiente e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a aplicação dos recursos, que devem contemplar projetos de melhoria de sistemas ambientais, gestão e conservação de recursos naturais, gestão de recursos hídricos, saneamento ambiental e de energia renovável.

O repasse ao BNDES já foi autorizado em lei, oriunda de medida provisória de dezembro de 2008. Por essa lei, foi permitido ao BNDES receber um total de até US\$ 2 bilhões. Como a operação autorizada ontem (US\$ 1,3 bi) não atingiu esse teto, a União poderá enviar nova mensagem de até US\$ 700 milhões.

Distribuição

Gilberto Goellner (DEM-MT) se disse preocupado sobre como os empréstimos do BNDES serão distribuídos no país. Como alegou, o texto faz menção ao atendimento de projetos em cinco estados, sem explicitar quais. Também salientou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais



Gilberto Goellner quer saber quais estados vão receber os recursos do Banco Mundial

Renováveis (Ibama), a quem cabe analisar projetos do ponto de vista ambiental, vem apresentando dificuldades para cumprir suas funções, o que dificultaria o andamento dos investimentos.

Na visão de Eduardo Suplicy (PT-SP), a referência a cinco estados não significa que apenas esses serão beneficiados. Ele prometeu obter informações sobre o assunto antes da votação final, em Plenário.

Com garantia da União, as operações do BID autorizadas para o Rio de Janeiro (MSF 87/10) e Pernambuco (MSF 94/10) devem atender ao financiamento parcial de programas de modernização da gestão fazendária. Em Plenário, as mensagens serão agora examinadas com urgência.

Resolução simplifica exame de pedidos de autorização por estados e municípios

Procedimentos mais simples para a tramitação no Senado das operações de crédito solicitadas por estados, Distrito Federal e municípios foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Uma das medidas estabelece que a consulta quanto à situação de adimplência em relação à União deve se restringir à pessoa jurídica do órgão que está solicitando autorização, incluindo apenas suas unidades administrativas que não possuem personalidade própria.

As novas regras constam do texto elaborado pelo relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), sobre projeto de resolução (PRS 12/10) do senador Romero Jucá (PMDB-RR). Um dos dispositivos elimina a manifestação do Ministério da Fazenda quanto a

mérito, conveniência e oportunidade da operação. Para o relator, quem detém as reais condições de “defender e sustentar” um posicionamento sobre esses aspectos é o próprio proponente do pedido.

Outra medida simplificadora envolve a dispensa de balancetes do órgão que pretende contratar empréstimos. Conforme o relator, a documentação atual já inclui o chamado Relatório Resumido da Execução Orçamentária, instrumento que serve para demonstrar o nível da receita corrente líquida e onde já constam os dados necessários para verificações que são feitas pelo Ministério da Fazenda antes do encaminhamento dos pedidos de autorização para exame no Senado. A decisão final depende do Plenário.

Comissões acertam debate conjunto sobre as quatro propostas do pré-sal

A CAE decidiu realizar um debate conjunto sobre os projetos do governo para a exploração das áreas do pré-sal – o regime de partilha (PLC 16/10), a capitalização da Petrobras (PLC 8/10), a criação de um fundo social (PLC 7/10) e a constituição da nova estatal, a Petro-Sal (PLC 309/09).

A sugestão partiu dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). A audiência pública será feita em parceria pelas comissões

de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com representantes dos governos federal e estaduais, além de tributaristas e economistas – em princípio, na terça-feira.

Também aprovado, outro requerimento do senador Renato Casagrande propõe debate com o diretor-adjunto do Banco Mundial (Bird), Rogério Stuard, sobre o processo de reforma da instituição.

Presidente do Banco Central diz na CAE que 70,5% do dinheiro que entra hoje no país vai para o setor produtivo e destaca desemprego em baixa

Meirelles exalta saúde econômica do Brasil

O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO no Brasil retomou os patamares anteriores à crise internacional de 2008, afirmou na terça-feira o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, em reunião na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele destacou a qualidade desses investimentos: hoje, 70,5% do total vão para o mercado acionário (participação no capital social das empresas) ou integram o chamado investimento estrangeiro direto.

Em 2001, lembrou Meirelles, o dinheiro aplicado nesses dois segmentos era de apenas 42,7% do total. Os dados, conforme disse, mostram a migração das aplicações estrangeiras do mercado financeiro para investimentos produtivos.

As taxas de desemprego deste início de ano, de acordo com Meirelles, também atestam a recuperação da economia brasileira: 7,2% em janeiro e 7,4% em fevereiro, contra taxas que chegavam, respectivamente, a 11,2% e 11,6% nos respectivos meses em 2003. "É o melhor início de ano desde 2003 em termos de taxa de desemprego", registrou Eduardo Suplicy (PT-SP).

Meirelles comparou os dados brasileiros com os da Espanha, onde o desemprego chega hoje a 19%, e dos Estados Unidos, que têm 9,5% da população economicamente ativa desempregada. A criação de emprego formal no Brasil chegou a 266,4 mil postos em março de 2010, contra 21,3 mil no mesmo mês do ano de 2003, informou o presidente do Banco Central.

Crescimento

Com a previsão para 2010 de um crescimento econômico de 5,8%, o desempenho brasileiro deve superar a média de países como Índia e China, segundo a análise de Meirelles. A expectativa é de que esses emergentes cresçam apenas 3% em 2010.

Meirelles citou os fatores-chave responsáveis pela superação

das vulnerabilidades e pelo crescimento econômico equilibrado: regime de metas para a inflação, responsabilidade fiscal, sistema financeiro sólido, equilíbrio no setor externo, mercado de capitais desenvolvido e crescimento do investimento.

O presidente do BC afirmou que o regime de metas para a inflação assegura transparência, enquanto mantém o índice em níveis baixos e previsíveis.

O regime de câmbio flutuante e a política de acumulação de reservas internacionais, explicou, absorveram os impactos dos choques exteriores, e a regulamentação conservadora do sistema financeiro preservou a solidez dos bancos.

Reservas em alta

As reservas internacionais, que não chegavam a US\$ 50 bilhões em 2003, estão hoje em US\$ 245,8 bilhões. A manutenção de reservas em níveis elevados, de acordo com Meirelles, é fundamental para a estabilização da economia.

O resultado dessa política, conforme explicou, é que hoje o Tesouro Nacional é credor em moeda estrangeira, e não devedor, como em 2003.

O Banco Central, segundo seu presidente, coloca em prática hoje uma estratégia de saída da crise, com o resgate completo de R\$ 24,5 bilhões de empréstimos das reservas.

Ele citou pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio) mostrando que o nível de confiança do consumidor paulista e do empresário brasileiro é hoje superior ao do período pré-crise econômica de 2008. Tendência semelhante é detectada na produção industrial, que, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), experimenta o 14º mês consecutivo de crescimento.



Foto: Cristine Gallo



Meirelles (no alto, à direita, com assessores) expôs números da economia brasileira aos senadores da CAE



Tendência natural é uma queda na taxa dos juros, diz presidente do BC

Henrique Meirelles traçou na audiência pública da CAE o cenário para uma eventual queda nas taxas de juros: com a manutenção da estabilidade da economia, há maior previsibilidade e alongamento do horizonte de planejamento das empresas, causando uma queda nos prêmios de risco e o surgimento de investidores dispostos a aplicar por prazo maior e a taxas menores.

— À medida que tudo isso for se concretizando, a tendência natural é uma queda nas taxas de juros — afirmou.

Meirelles disse que a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na próxima semana deve atualizar os dados sobre inflação, inclusive captando a desaceleração registrada em abril, cuja previsão, de 0,48% conforme o IPCA-15, é coerente com a estimativa de 0,47% do Banco Central.

Aumento

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) manifestaram temor de que o Copom seja obrigado, na próxima reunião, a aumentar fortemente a taxa de juros, por não ter feito isso em março.

Meirelles disse que a decisão do Copom em março, quando manteve-se a Selic (taxa básica de juros) em 8,75%, foi técnica e isenta de influência política.

O presidente do BC notou que a política monetária realiza-se em uma sequência de ações e, por isso, é importante que as reuniões do Copom sejam realizadas a cada 45 dias. Ele considerou normais divergências na margem entre uma e outra reunião.

Afirmou também que a projeção de crescimento econômico para 2010, de 5,8%, citada como um dos fatores que obrigariam

o governo a iniciar um ciclo de aumentos da taxa básica de juros, já era do conhecimento do Banco Central desde dezembro do ano passado.

Balança comercial

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e José Agripino (DEM-RN) manifestaram preocupação com a evolução da balança comercial e com a tendência de queda no superávit. Meirelles disse que a previsão do Banco Central para 2010 é de um saldo positivo de US\$ 10 bilhões — inferior aos dos últimos anos.

O presidente do BC explicou que o Brasil, que se recuperou rapidamente da crise internacional de 2008, exporta para países que saem de maneira mais lenta das dificuldades. Portanto, segundo observou, é natural que as importações brasileiras tenham crescido mais do que as exportações.

O crescimento do investimen-

to estrangeiro líquido, previsto pelo Banco Central em US\$ 45 bilhões em 2010, também causa impacto nessas contas, segundo Meirelles. É que muitos desses recursos, aplicados em atividades produtivas, são usados para aquisição de máquinas no mercado externo.

Política fiscal

Arthur Virgílio e Antonio Carlos Júnior disseram que a política fiscal do governo — com gastos crescentes — é incoerente com qualquer esforço para redução das taxas de juros. Virgílio lembrou que, nos últimos sete anos, enquanto o crescimento econômico ficou em 27%, os gastos correntes do governo aumentaram 75%.

Meirelles respondeu que uma das normas de governança de bancos centrais independentes é não opinar sobre políticas de outros órgãos do governo.

Cartões de crédito podem ter novas regras

O comércio pode centralizar em uma única máquina todas as operações de cartões de crédito. A ideia está em estudo elaborado por um grupo de técnicos do Banco Central e dos ministérios da Justiça e da Fazenda, conforme anunciou o presidente do BC, Henrique Meirelles, na CAE.

O fato de cada bandeira ter sua máquina, na avaliação de Meirelles, reduz a competitividade entre elas. Outra ideia em exame para estimular a competição e beneficiar o consumidor é facilitar a criação de operadoras.

Respondendo a pergunta do senador Eduardo Suplicy, que se disse preocupado com eventuais abusos no setor, Henrique Meirelles explicou que o Banco Central não tem poder sobre as administradoras de cartões, porque elas não integram o sistema financeiro nacional. Entretanto, o presidente do BC disse que os estudos do grupo de técnicos podem indicar a necessidade de mudança na legislação.

Papaléo comemora números de José Serra em pesquisa



Papaléo Paes

Ao comemorar o resultado da pesquisa Datafolha do último fim de semana, Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que os números consolidam a liderança do candidato do PSDB, José Serra, sobre a candidata do PT, Dilma Rousseff. A pesquisa mostra Serra com 38% das intenções de voto ante 28% de Dilma.

– Para quem só se lançou, de fato, há dez dias, é um feito muito importante. Dona Dilma também teve, sim, uma ascensão considerável, mas precisou de três anos de árdua exposição para tanto. Esse é o tempo em que ela esteve à frente do PAC e sua *blitz* marqueteira – disse.

O senador afirmou que, se o eleitor fosse julgar o governo Lula pelo que foi administrado pela ex-ministra, iria considerá-lo um fiasco. No comando do PAC, informou, Dilma só entregou 11% das obras prometidas.

Senador afirma que Congresso Nacional precisa dar uma resposta à sociedade sobre a proposta que torna inelegível condenado por sentença de colegiado

Arthur Virgílio cobra decisão sobre o projeto ficha limpa

O LÍDER DO PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o Congresso Nacional precisa dar uma resposta à sociedade brasileira sobre o projeto ficha limpa, que torna inelegível o candidato condenado por decisão colegiada, em razão de conduta dolosa. Ele lembrou que a proposta deveria ter sido votada há duas semanas na Câmara dos Deputados, mas vem sendo protelada por “poderosas bancadas”.

O senador disse que os parlamentares têm o dever de deliberar sobre a matéria (PL 518/09 - Complementar), votando cada um de acordo com sua consciência e aperfeiçoando o projeto se necessário, mas não podem praticar o que chamou de “omissão dolosa”. Ressaltou que o projeto, embasado em uma proposta popular, teve o apoio de 1,6 milhão de eleitores.

Virgílio declarou-se favorável



Virgílio diz que “poderosas bancadas” estão protelando a votação da matéria

a que o candidato com ficha suja fique impedido de participar das eleições se condenado em segunda instância por decisão colegiada.

Outra possibilidade, disse o senador, é a apontada por Pedro Simon (PMDB-RS), de a Justiça encontrar mecanismos ágeis de

punição do candidato antes de sua diplomação ou posse, depois que a sentença transitar em julgado.

Virgílio disse não poder aceitar o que chamou de “jogo de enganação”, em que os deputados “jogam a proposta para as calendas” na Câmara. O senador também fez referência a debate promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, publicado na edição do dia 16, em que analistas afirmam que, seja ou não votada, a proposta amplia a discussão sobre o processo político.

Em apartes, os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Flávio Arns (PSDB-PR), Augusto Botelho (PT-RR), José Agripino (DEM-RN) e Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestaram-se favoráveis à aprovação da matéria.

Heráclito denuncia obras inacabadas no estado do Piauí

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) denunciou a existência de dezenas de obras inacabadas no estado, segundo ele promessas feitas antes das eleições pelo ex-governador Wellington Dias (PT). A denúncia teve como base a reportagem do jornal *Diário do Povo*, que publicou uma relação das obras.

– Já chegamos a 69 obras e tudo indica que são mais de 200 obras inacabadas no Piauí. O que é um absurdo, um escândalo – afirmou.

Heráclito solicitou à Mesa que a relação das obras inacabadas fosse encaminhada ao Ministério Público Estadual do Piauí, ao Tribunal de Contas da União e à Advocacia-Geral da União para que a origem e a aplicação dos recursos sejam investigadas.



Heráclito Fortes

Geovani Borges se despede do Senado



Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) fez, na terça-feira, seu discurso de despedida do Senado, uma vez que hoje o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) – seu irmão – reassume o mandato, ocupado por Geovani na condição de primeiro suplente.

O senador disse estar fazendo o 102º pronunciamento no Senado e o 36º neste ano. Ele fez um breve histórico de sua carreira política, que começou com um mandato de vereador em Macapá, em 1976, quando foi presidente daquela Câmara.

Em 1982, assumiu seu primeiro mandato como deputado federal, sendo reeleito em 1986 para a Assembleia Nacional Constituinte. Geovani disse que seu maior orgulho, no período, foi ter apresentado o projeto que culminou na Lei 7.530/86, que criou a Universidade Federal do Amapá.

Alvaro: juros pagos na era Lula chegam a R\$ 1,26 trilhão



Alvaro Dias

Usando palavras como “surrealista”, “paraíso dos banqueiros” e “bomba de efeito retardado”, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a dívida pública brasileira já exigiu, nos sete anos do governo Lula, o pagamento de R\$ 1,26 trilhão só de juros.

Alvaro considerou o número um absurdo, porque os gastos com educação ficaram em R\$ 149 bilhões, enquanto a saúde recebeu R\$ 310 bilhões e os investimentos da União apenas R\$ 93 bilhões. Lembrou que os gastos do governo Lula com o Bolsa Família, nos sete anos, ficaram pouco acima de R\$ 50 bilhões. Enquanto isso, comparou, os lucros dos 100 maiores bancos do país, nesses sete anos, somaram R\$ 127,8 bilhões. A dívida pública bruta interna, disse, ultrapassa os R\$ 2,5 trilhões.

Hélio Costa vai propor revisão da Lei Kandir

Hélio Costa (PMDB-MG) anunciou na terça-feira que solicitou à Consultoria Legislativa do Senado a elaboração de um projeto de lei de revisão da Lei Complementar 87/86, conhecida como Lei Kandir.

Para o senador, já não existe no país a mesma necessidade de aumento de exportações que motivou o Congresso a criar a Lei Kandir, isentando as exportações brasileiras da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Em 1996, o país exportava apenas US\$ 47 bilhões, mas já em 2010, conforme previsões do governo, o país deverá exportar US\$ 160 bilhões, ressaltou.



Hélio Costa

Casagrande alerta para obrigação de divulgar contas

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) lembrou que, a partir de maio, câmaras e assembleias legislativas, administrações municipais e estaduais, além do governo federal, Congresso Nacional e tribunais estarão obrigados a divulgar todas as suas contas (execução orçamentária, financeira e licitações) na internet. A determinação é da Lei 131/09, uma iniciativa do ex-senador João Capiberibe (AP).

– Tudo deverá estar registrado na página virtual de cada órgão público – disse. Casagrande assinalou que, a partir desse sistema, será possível comparar preços de compra de um mesmo item feita por secretarias e municípios diferentes. O controle e a fiscalização passam para as mãos dos cidadãos, acabando com um sigilo que beneficia a corrupção, afirmou.



Renato Casagrande

Azeredo: governo federal relega o metrô de BH

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou o governo federal pela falta de investimento nas linhas do metrô de Belo Horizonte após 2003, durante os dois mandatos do presidente Lula.

Azeredo disse que o pré-candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, em visita à capital mineira na segunda-feira, defendeu o transporte sobre trilhos como o mais adequado às grandes cidades.

Segundo o senador, Serra assumiu o compromisso de – se eleito presidente – lutar para que as grandes cidades tenham transporte adequado, economizando o tempo do trabalhador, que hoje perde até três horas em ônibus superlotados. Azeredo disse que o metrô de Belo Horizonte tem hoje capacidade de transporte de apenas cerca de 100 mil pessoas, numa região de 4,5 milhões de habitantes.



Eduardo Azeredo

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de terça-feira do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Acir Gurgacz • Lúcia Vânia • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
 Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

VIRGÍLIO TEME DESLIZAMENTOS EM MANAUS

Líder do PSDB, o senador Arthur Virgílio (AM) pediu na terça-feira à Defesa Civil do Amazonas providências preventivas para evitar deslizamentos de terra em Manaus. Segundo ele, regiões da capital estão sujeitas a tragédias semelhantes às do Rio de Janeiro. – O perigo ronda o bairro Novo Israel, formado sobre o antigo lixão da capital. O Departamento Nacional de Produção Mineral já fez a advertência pela voz do geólogo Fred Cruz – alertou Arthur Virgílio, ao lembrar que o bairro é considerado área de risco e tem grande número de imóveis com rachaduras.

MARISA SERRANO CONDENA AÇÕES DO MST

A interrupção de rodovias e a invasão de terras e prédios públicos promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foram condenadas pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). A luta histórica em defesa da reforma agrária acaba criminalizada por essas ações, na opinião da senadora. Atualmente, o agronegócio responde por um terço dos empregos e movimenta US\$ 370 milhões, equivalentes a 23% do produto interno bruto (PIB). Sem os litígios provocados pelo MST, o setor seria ainda mais produtivo, disse Marisa Serrano, acrescentando que considera que as autoridades tratam o MST com complacência.

GOELLNER PEDE LICENÇA AMBIENTAL MAIS ÁGIL

A reforma do Código Florestal deverá contemplar pontos como maior agilidade nos licenciamentos ambientais e concessão de remuneração por serviços ambientais prestados pelos produtores. Outro ponto, segundo Gilberto Goellner (DEM-MT), é que a lei federal apenas estabeleça as diretrizes gerais, permitindo que os estados legislem de acordo com suas potencialidades e fragilidades. Goellner também defende que as áreas de preservação permanente de relevo (encostas e topos de morros) sejam consideradas áreas frágeis. – Trata-se de um passo na direção da modernização do pensamento ambiental – completou.



Paulo Duque: funcionários atravessam a noite para realizar sessões

Homenagem aos funcionários do Senado

Paulo Duque (PMDB-RJ) cumprimentou os funcionários do Senado pelo aniversário de Brasília. Ele enalteceu a dedicação dos servidores, em especial os que desenvolvem atividades relacionadas ao Plenário, que algumas vezes atravessam a noite para garantir a realização das sessões.

O senador cumprimentou o funcionário Johnson Alves Moreira, que nasceu em 21 de abril de 1960, dizendo que, ao homenageá-lo, homenageava também os 8 mil funcionários do Senado.

Mão Santa ressalta os 50 anos da capital federal

Mão Santa (PSC-PI) assinalou a passagem dos 50 anos de Brasília. Ele lembrou a atuação política de Juscelino Kubitschek e alguns temas contidos em seu livro, *Meu caminho para Brasília*, que registra as metas para a construção da nova capital do país, inaugurada em 1960.

– Brasília foi fundamental. Muitos pensaram [em construí-la], mas foi Juscelino quem teve essa coragem. Brasília tem 300 mil piauienses que engrandecem esta cidade. É a segunda maior colônia. Só perdemos para os mineiros – afirmou.

Flexa Ribeiro cobra votação da PEC dos Municípios

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu que a Câmara dos Deputados agilize a votação da proposta de emenda à Constituição conhecida como PEC dos Municípios (PEC 13/03), que devolve aos estados a autonomia para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

O senador retomou o tema por ocasião de visita ao município de Aurora do Pará, onde a vila chamada Santana do Capim, com 13 mil habitantes, quer a emancipação. Ele anunciou também que apresentará emenda ao Orçamento para beneficiar a vila.

Detenção em Alagoas derruba “império do medo”, diz Malta

Para presidente da CPI da Pedofilia, denúncias envolvendo religiosos – como o caso do mosenhor de Arapiraca – são sempre mais difíceis de se investigar

O SENADOR MAGNO Malta (PR-ES), que preside a CPI da Pedofilia, relatou na terça-feira o trabalho realizado em Arapiraca (AL), no final de semana passado, quando os senadores ouviram os depoimentos de ex-coroinhas que acusaram padres e dois mosenhores da Igreja Católica de abuso sexual.

Malta lembrou que denúncias de abuso sexual de menores praticado por religiosos enfrentam sempre grandes dificuldades porque as pessoas ficam reticentes ou se calam por medo.

– É uma denúncia de ex-coroinhas que não aguentavam mais o fardo do abuso e, mais que isso, do império do medo sobre suas cabeças. E o império do medo inclui: “Olha, se você falar alguma coisa, quem vai acreditar em você? Eu tenho poder. Aqui, todo mundo beija a minha mão. Veja os políticos: eles passam por aqui, tiram fo-



Em reunião domingo, Magno Malta (C) ouve Marques (E), que foi preso, e Gomes

tos comigo para ter o voto dos fiéis. Ninguém vai acreditar em vocês” – disse o senador.

Os ex-coroinhas contaram em vídeo os abusos sofridos, quando tinham 12 e 13 anos, por parte dos mosenhores Luiz Marques e Raimundo Gomes e do padre Edilson Duarte (que optou pela delação premiada e confirmou o abuso, segundo Magno Malta).

O senador ressaltou que a CPI não está investigando a Igreja Católica que, como instituição, “é maior do que o homem”.

– Investigamos indivíduos que, travestidos de religiosos, abusam de crianças – disse o senador, acrescentando que, para sua vergonha, pois é evangélico, no mesmo dia participou, junto com o MP, da prisão de quatro pastores.

Tuma defende prisão perpétua para pedófilos

“O crime de pedofilia deve ter como pena, no mínimo, a prisão perpétua”, opinou o senador Romeu Tuma (PTB-SP) ao defender a tese do fim da progressão de regime prisional quando se tratar de condenação por crime hediondo. Ele comparou a legislação brasileira com a de alguns estados norte-americanos e países como a China e a Tailândia, onde a pedofilia e o estupro são punidos com a pena de morte.

– O conceito de crime hediondo repousa na ideia de que existem condutas que se revelam como uma afronta extrema, ignóbil, aos padrões éticos do comportamento social – afirmou Romeu Tuma.



Romeu Tuma

Valter Pereira: progressão de pena está ultrapassada

Valter Pereira (PMDB-MS) classificou de ultrapassado o regime de cumprimento de penas, que transforma em “obra de ficção” a condenação de criminosos. Ele sugeriu que o caso dos assassinatos dos jovens em Luziânia (GO) seja ponto de partida para debater o regime semiaberto e a liberdade condicional.

– Não podemos deixar de ouvir a voz das ruas, que já disse, através de pesquisa realizada pelo instituto DataSenado, que a impunidade é o que mais estimula o crime.

Para Valter Pereira, a progressão de regime é importante ferramenta de ressocialização, “mas quem pratica crimes hediondos e age com requintes de crueldade exige mais cuidados”.



Válter Pereira

LÚCIA VÂNIA QUER MUDANÇA NO FPM

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu na terça-feira a mudança na composição dos impostos que são repassados pelo governo federal ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Além do Imposto de Renda, é redistribuído por meio desse fundo o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), mas este último transformou-se em um tributo que o presidente da República usa de acordo com o ambiente econômico, lamentou a senadora.

No mesmo discurso, Lúcia Vânia informou ter participado na manhã de segunda-feira, em Goiânia, de um encontro com cerca de 70 prefeitos, de diversos partidos políticos, de todas as regiões do estado de Goiás. Eles agradeceram à senadora o trabalho que ela vem realizando em favor dos municípios.

RENAN EXALTA ACORDO SOBRE ESTALEIRO

Renan Calheiros (PMDB-AL) comemorou os resultados positivos da reunião dos parlamentares de Alagoas com o governo federal, para viabilizar a construção do estaleiro Eisa no estado. A obra tem investimento previsto da ordem de R\$ 1,5 bilhão e expectativa de geração de 4 mil empregos diretos e “milhares de empregos indiretos”.

O senador elogiou o Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Alagoas pela “objetividade e praticidade” com que fará o licenciamento prévio para as obras. O IMA e o Ibama integrarão uma força-tarefa com prazo de duas semanas para emissão do licenciamento definitivo da obra.

Além de deputados e senadores de Alagoas, também participaram da reunião o governador Teotonio Vilela Filho e o prefeito Marx Beltrão, de Coruripe, onde deverá ser implantado o estaleiro.



Acir Gurgacz lamenta críticas a empresários e agroindustriais da região

Gurgacz desafia: gerem emprego na Amazônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu que as organizações não governamentais e os cineastas estrangeiros que criticam empresários e agroindustriais da Amazônia apresentem soluções para a geração de renda e progresso que não sejam degradantes do ponto de vista ambiental.

– Por que James Cameron [diretor do filme *Avatar*, que se reuniu, na última semana, com grupos ambientalistas e indígenas brasileiros] não constrói em Porto Velho seu estúdio de filmagens, para gerar empregos e tecnologia? – questionou.

Para o senador, há uma “diferença muito grande entre o discurso e a prática entre os que se dizem protetores da Amazônia”.

Augusto pede apoio ao projeto das turbinas brasileiras

Augusto Botelho (PT-RR) pediu o apoio do governo para o projeto de desenvolvimento das primeiras turbinas brasileiras para jatos ou para geração de eletricidade. O primeiro protótipo (com potência de 1.300 hp) está pronto, mas agora são necessários pelo menos R\$ 117 milhões até 2014 para a produção de outros protótipos.

Augusto saudou os engenheiros da Polaris Engenharia, pequena empresa que desenvolveu a turbina com engenheiros do Centro Tecnológico de Aeronáutica (CTA), de São José dos Campos (SP). A Polaris trabalhou com uma verba de apenas R\$ 3 milhões. O senador lembrou que apenas quatro países (Canadá, Estados Unidos, França e Inglaterra) têm capacidade de fabricar e de certificar turbinas aeronáuticas.



Augusto: só quatro países fabricam e certificam turbinas aeronáuticas

Polêmica iniciativa dos organizadores dos Jogos Olímpicos do Rio cria exclusividade para o uso comercial de mais de uma dezena de expressões

Senadores criticam proposta do COB para 2016

SENADORES DA BASE do governo e da oposição criticaram terça-feira, em debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), proposta apresentada pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 que amplia os dispositivos de proteção dos símbolos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

A meta, de acordo com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), é evitar o uso comercial não autorizado e o chamado *marketing* de emboscada. Pela proposta, caberia ao comitê autorizar, até o fim dos jogos de 2016, o uso de expressões

como “olimpíadas”, “olímpico”, “jogos”, “medalhas de ouro, prata, bronze” e o numeral “2016”, entre outros termos. Até mesmo “patrocinador” e “Rio”, cidade em que serão realizados os jogos, estariam na lista.

A proposta foi apresentada pelo presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, ao presidente do Senado, José Sarney, que a encaminhou para exame da Comissão de Educação.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) disse que vai enviar a Sarney as notas taquigráficas da reunião, para demonstrar que os senadores da CE são con-

trários à proposta e favoráveis à manutenção da atual legislação – Lei Pelé (Lei 9.615/98) e Ato Olímpico (Lei 12.035/09). Ela lembrou que até o termo “olimpíadas da matemática” seria proibido, caso a proposta do COB viesse a ser aprovada.

Exagero

No debate, diversos senadores se manifestaram contrariamente à proposta do comitê organizador dos Jogos Olímpicos do Rio.

– A sugestão do COB é exagerada e demonstra que a vontade dos patrocinadores está sobrepujando os direitos

consagrados pela Constituição, além de ferir a propriedade do vocabulário – resumiu o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Flávio Arns (PSDB-PR) concordou e lembrou que a Lei Pelé e o Ato Olímpico já são suficientes para proteger os símbolos olímpicos. Os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) também criticaram a proposta do COB.

Defesa

O diretor de Marketing do Comitê Olímpico Brasileiro, Leonardo Gryner, defendeu alterações na Lei Pelé e no

Ato Olímpico para dar maior garantia aos patrocinadores de eventos esportivos grandiosos, como as Olimpíadas.

Segundo informou, nada menos do que 75% dos recursos a serem gastos nas Olimpíadas de 2016 no Rio – cerca de R\$ 4,1 bilhões – serão oriundos da iniciativa privada. Por isso, o comitê não aceita que empresas que não banquem o evento aproveitem os símbolos para veicular na mídia propaganda de seus produtos. O especialista em propriedade intelectual André Zonaro Giacchetta defendeu lealdade comercial e ética na publicidade.



Ao lado de Marisa Serrano, Gryner, do COB, pediu mudanças na legislação



Alvaro Dias (C) e Flávio Arns (D) criticaram a proposta. Para Alvaro, COB investe até mesmo contra direitos constitucionais

Adiada definição de debates sobre Fundo Social

Os pedidos para a realização de debates sobre o Fundo Social a ser criado com recursos provenientes da exploração do pré-sal deverão ser analisados pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) na próxima terça-feira. A decisão, que ocorreria nesta terça-feira, foi adiada pelo presidente da comissão, Renato Casagrande (PSB-ES), por falta de *quorum*.

Ficou também para a semana que vem o exame de projeto que trata da dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção

ao crédito para a consignação em folha de pagamento de servidor público que esteja comprando imóvel. A proposta (PLS 527/07) é do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e recebeu parecer pela aprovação do relator, Gim Argello (PTB-DF).

Biocombustíveis

Outro projeto incluído na pauta é o PLS 213/09, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que determina observação de critérios socioambientais na produção de biocombustíveis. O cultivo agrícola para fins de combustível, determina a

proposta, deve ser feito sem a utilização de trabalho infantil ou escravo, bem como com preservação das florestas ou vegetação nativa. A matéria, que altera a lei relativa à política energética nacional (Lei 9.478/97), receberá decisão terminativa da CMA.

Raupp afirma que, apesar de o Brasil deter uma das mais avançadas tecnologias mundiais para a produção de biocombustíveis, a atividade tem sido criticada, muitas vezes sem fundamento, uma vez que o Brasil combate trabalho infantil e escravo em quaisquer atividades produtivas.

Cristovam destaca as quatro grandes efemérides de abril

Cristovam Buarque (PDT-DF) chamou, na terça-feira, a atenção para as quatro grandes efemérides de abril, afirmando que essas datas “não podem passar em branco”: o Dia do Índio (19), a descoberta do Brasil (22), a Inconfidência Mineira e a inauguração de Brasília (ambas em 21 de abril).

Cristovam afirmou que, enquanto a descoberta do Brasil é a data em que nossa história começou, o Dia do Índio marca “uma grande tragédia, um verdadeiro genocídio”.

Em 21 de abril, na avaliação do senador, ocorreu “o ato máximo de heroísmo de um brasi-

leiro que representa e simboliza a luta pela independência”, com o martírio de Tiradentes em consequência da Inconfidência Mineira. Na mesma data, acrescentou, foi inaugurada mais tarde a nova capital, que foi “pensada ainda no século 18 pelos próprios inconfidentes”.

Cristovam disse que Brasília tornou-se um Patrimônio Cultural da Humanidade graças, em primeiro lugar, a seu caráter monumental, mas também à epopeia que foi a construção da cidade onde antes não havia nada e ao fato de ter, em poucas décadas, se transformado em uma metrópole.

Presidente da CDH vai interceder por visita de família brasileira a Sean Goldman

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), pretende entrar em contato com o Ministério das Relações Exteriores e autoridades ligadas aos direitos humanos para esclarecer o direito de visita da família brasileira ao menino Sean Goldman nos Estados Unidos.

A criança viveu alguns anos com os avós maternos no Rio de Janeiro e retornou ao seu país de origem em dezembro de 2009, após decisão da Justiça fluminense que assegurou a guarda do menor ao seu pai, o norte-americano David Goldman.

A avó de Sean, Silvana Bianchi, esteve no Senado na terça-feira e entrou em contato com Cristovam para que

ele interceda junto às autoridades brasileiras para garantir o direito de visita à criança, previsto na Convenção de Haia.

Silvana contou que esteve há 15 dias nos Estados Unidos, onde em vão tentou manter contato com Sean. Ela disse que a criança deixou o Brasil com dois celulares, mas que as suas ligações não são atendidas pela família do pai do menino naquele país.

Cristovam afirmou que vai procurar Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que preside a Comissão de Relações Exteriores (CRE), e outras autoridades para esclarecer o episódio. Ele disse temer a ocorrência de casos similares, tendo em vista que muitas crianças de pais separados vivem no exterior.



Cristovam (C) conversa com os avós de Sean – Silvana e Raimundo (E) – e os advogados da família